



WILSON PEDROSA



Os grevistas fizeram ruidosa manifestação em frente ao MEC

MEC encerra diálogo com os grevistas

A ministra da Educação, Esther Ferraz, encerrou ontem as negociações com os médicos residentes, professores autárquicos e servidores das universidades, em greve há quase 50 dias. "Está encerrado o diálogo. Este é o fim da linha" — disse, durante audiência concedida à noite aos comandos dos três movimentos grevistas e a parlamentares da Oposição. A ministra acrescentou que o Governo não tem mais nada a oferecer aos grevistas além das propostas que já foram feitas. Esther Ferraz informou que o projeto de equiparação salarial entre docentes das autarquias e das fundações foi "fechado" ontem à tarde pela Seplan e deverá ser encaminhado ao Congresso para votação nos próximos dias. Os residentes consideraram satisfatória a vinculação do valor da bolsa ao salário mínimo, mas não aceitaram a proposta de apenas três salários mínimos de remuneração. Página 7

Corrêio Braziliense

Brasília, quarta-feira, 27 de junho de 1984

Reajuste dos servidores é insuficiente, diz associação

Da Sucursal de Brasília

O aumento concedido aos servidores públicos federais, de 65%, não cobre a corrosão do poder aquisitivo provocada pela inflação. Segundo um estudo elaborado pela Associação dos Economistas do Distrito Federal, os funcionários teriam que receber um reajuste de 225,5% para voltarem a ter o mesmo poder aquisitivo de 1979.

De acordo com o estudo, para cada 100 cruzeiros que um servidor recebia em março de 79, em abril deste ano ele só ganhava, em termos reais, Cr\$ 27,30. O percentual de 65% concedido não será suficiente nem para manter o mesmo poder de compra de junho do ano passado pois, para isto, seria necessária uma correção de 80%.

Além da defasagem salarial, o estudo mostra que nestes últimos quatro anos, período em que a maioria dos trabalhadores recebeu reajustes semestrais e em alguns casos especiais trimestrais, os subordinados ao Estado tiveram correções a cada 13 meses em média, o que contribui para o maior arrocho salarial nesta categoria.

A situação dos servidores já assumiu um quadro tão dramático que até ontem, antes do reajuste, 12 categorias salariais foram engolidas pelo salário mínimo, que é de apenas Cr\$ 97.176,00. De março de 79 até julho deste ano o INPC cresceu 4.723,54%,

"Acumulado anual foi de apenas 142%"

Da Sucursal do Rio

O secretário estadual de Fazenda do Estado do Rio, César Maia, afirmou ontem que o aumento acumulado em 12 meses do funcionalismo federal não foi de 172%, conforme noticiado pela imprensa, mas sim de 142%, "em virtude de um pequeno artifício realizado através da mudança de mês e pelo fato de a segunda parcela em 83 ter sido inferior à primeira".

Em 1983, disse César Maia, os dois reajustes dos funcionários públicos federais, de 40 e 30 por cento, ocorreram em janeiro e junho, enquanto que este ano os reajustes salariais de 65% foram autorizados pelo governo federal para vigorar nos meses de janeiro e julho, um mês depois, portanto.

mas o salário deles aumentou apenas 1.589,18% o que mostra a real situação da categoria.

Segundo a Associação dos Economistas, todo este quadro se deve exclusivamente à política econômica imposta pelo governo, cujos objetivos são apenas gerar um superávit orçamentário e cobrir os déficits dos orçamentos monetário e das estatais.

Greve chega ao Heliópolis

Os funcionários do Hospital Heliópolis, o maior da Previdência Social em São Paulo, entraram em greve a partir das sete horas de ontem, aderindo à paralisação dos empregados dos hospitais Ipiranga e Brigadeiro e do Posto de Assistência Médica da Várzea do Carmo. As reivindicações do funcionalismo federal são de reajuste de 100% do INPC, 64,8% de reposição por perdas salariais, a partir de 1º de janeiro, piso de três salários mínimos e oficialização da jornada de 6 horas para todos os funcionários da Previdência. Segundo a assistente social Valéria Alvarenga, do comando de greve da Associação dos Funcionários do Hospital Heliópolis, a paralisa-

ção atingiu "todos os 1.300 funcionários", mantendo-se apenas o atendimento aos pacientes internados e aos casos de emergência.

Os diretores dos três hospitais e do posto de atendimento disseram que a greve não influiu no atendimento, que era praticamente normal. Entretanto, não deram quaisquer informações sobre número de leitos ocupados, total de funcionários trabalhando e parados, alegando que só o superintendente do Inamps, Paulo Gomes Romeu, poderia falar. Procurado às 16h30, este alegou que não tinha os dados relativos ao movimento nos hospitais "porque os funcionários da informática foram dispensados."



Os grevistas só conseguiram audiência com Esther Ferraz após a manifestação no MEC

Diálogo do MEC com os grevistas chega ao fim

"Está encerrado o diálogo. Este é o fim da linha". Com esta afirmação, a ministra da Educação, Esther Ferraz, pôs um ponto final, ontem, nas negociações com os médicos residentes, professores universitários autárquicos e servidores das universidades em greve há quase 50 dias. Numa audiência concedida na noite de ontem ao comando dos três movimentos grevistas e parlamentares da Oposição, a Ministra afirmou que o Governo não tem mais nada a oferecer aos grevistas além das propostas que já foram feitas.

No caso dos professores, a Ministra afirmou que o projeto de equiparação salarial entre docentes autárquicos e das fundações foi "fechado" na tarde de ontem pela Sepian, e deverá ser encaminhado para votação ao Congresso nos próximos dias. Ao contrário do que tinha prometido antes, o projeto não será apreciado pelos professores, que só tomarão conhecimento dele em 48 horas, através da imprensa. Pelo projeto, a equiparação salarial que será feita em três anos, deverá começar em janeiro de 85. O MEC se recusou a atender as outras reivindicações dos professores grevistas, ou seja, a reposição salarial de 64,8%, o reajuste semestral e mais verbas para a universidade.

A proposta de piso salarial de três salários mínimos acrescidos de mais 20% feita na última sexta-feira aos médicos residentes foi reiterada pelo MEC, com apenas uma diferença: não será mais exigida a dedicação integral. Os médicos argumentam, no entanto, que essa exigência já foi abolida em 81 depois de uma greve, e que essa proposta só foi colocada para servir de instrumento de barganha pelo Ministé-

rio durante as negociações.

Aos servidores universitários foi prometida uma equiparação salarial com os servidores das fundações, mas que, ao contrário dos professores, só sairá em janeiro de 87. Será dada, ainda, uma gratificação de 20% a partir de junho, que já tinha sido prometida pelo MEC desde maio último.

A audiência, que segundo os comandos grevistas não teve nenhuma consequência prática, já que só foram reiteradas propostas já feitas, só foi conseguida depois de uma ruidosa manifestação de cerca de 500 médicos, professores e servidores em frente ao MEC.

Os manifestantes chegaram por volta das 15 horas com faixas e bandeiras pedindo o atendimento de suas reivindicações. Rapidamente, eles tomaram toda a parte da frente do Ministério, gritando slogans contra as autoridades do Governo e pedindo uma audiência com a Ministra.

No saguão do Ministério as líderes do movimento, Vânia Galvão, dos servidores, Jandira Fegnali, dos médicos residentes, e Maria José Ferres Ribeiro, dos professores universitários, foram informadas que a ministra estava no Palácio do Planalto, mas que sua chefe de gabinete, Ieslis Passarinho, poderia receber os líderes grevistas, assim como os parlamentares. A partir do encontro, foi marcada uma audiência apenas com os parlamentares, às 17h30min, da qual não participariam as três lideranças grevistas.

Por volta das 16 horas, os médicos residentes foram recebidos pelo secretário de Educação Superior do Ministério, Gladstone Cunha, que reafirmou a proposta do MEC de conceder um piso sa-

larial de 3 salários mínimos, mais 20%, mas concordou em retirar o item que previa a dedicação exclusiva. Os residentes consideraram satisfatória a vinculação do valor da bolsa ao salário mínimo, já que ela garante a semestralidade e 100% de INPC nos reajustes, mas consideram inaceitável a proposta de apenas 3 salários mínimos que, segundo seus cálculos, equivalerá ao seu salário atual acrescido dos 63% do reajuste aprovado pelo Governo na última segunda-feira.

Já no começo da noite os parlamentares Luis Guedes (PMDB-MG), Oswaldo Nascimento (PDT-RS), Haroldo Lima (PMDB-BA), Aldo Arantes (PMDB-GO), Hermes Zaneti (PMDB-RS), Mirthes Bevilacqua (PMDB-ES) e Djalma Bom (PT-SP) foram recebidos pela ministra. Mais tarde foram chamadas as três representantes dos grevistas.

Ao final da audiência, quase uma hora depois, Vânia Galvão, Jandira Fegnali e Maria José Ribeiro se disseram "estarecidas" com a decisão do MEC de não mais negociar. "É o fim do mundo", afirmou Maria José, que lembrou que a briga dos professores é pela "salvação da universidade brasileira".

Os representantes do movimento grevista afirmaram que levarão as decisões do MEC às suas bases, mas desde já adiantam que as propostas não são satisfatórias, e por isso "a greve continua". De qualquer maneira, os grevistas aguardarão com expectativa a votação da emenda Figueiredo hoje, quando eles esperam que seja aprovada uma subemenda que prevê o 13º Salário e o reajuste semestral para os servidores da União.

Carla Buzikiana

27/jun/84

pag 7



CÂMARA

NACIONAL

ANÚNCIO FONAD

Líder de servidor considera aumento uma "brincadeira"

Salvador — O presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil, Archimedes Pedreira Franco, considerou "uma brincadeira irresponsável, um escárnio e um deboche" o reajuste salarial de 65 por cento, a partir de julho, para o funcionalismo público federal.

Em nota pública — dirigida às classes trabalhadora e empresarial, às autoridades responsáveis, aos cidadãos de bem e à na-

ção — o presidente da confederação diz que "o galope da inflação para 250 por cento reduzirá a praticamente a nada" o reajuste e que o atual governo já confiscou, de cada servidor civil, "ao longo desses penosos cinco anos, cerca de 24 salários em valor atual".

A nota explica que o poder aquisitivo dos servidores está reduzido a apenas 30 por cento do que o presidente João Figueiredo encontrou.

Prevista a ampliação da greve

O movimento grevista tende a se estender para outros Estados, na opinião de Antonieta Lemos, da Associação dos Servidores Públicos Federais e da Previdência do Rio Grande do Sul e membro do Comando Nacional de Mobilização, criado ontem em Brasília e formado por dois representantes dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Minas Gerais e São Paulo. A primeira reunião do Comando, ontem pela manhã, ratificou a opinião da maior parte dos servidores que vem se manifestando em assembleias por Estado de que o aumento de 65% foi "péssimo" e o adicional de Cr\$ 2 mil foi uma "esmoia" que o governo deu aos funcionários.

A posição dos servidores grevistas é de que a paralisação não será interrompida enquanto o governo não demonstrar sensibilidade para negociar. O Comando está tentando, através da Assessoria Jurídica do Ministério da Previdência, abrir um canal de diálogo com os ministros Leito de Abreu e Delfim Netto. Os servidores, disse Antonieta, mantêm sua posição com relação ao reajuste de 100% do INPC, reposição de 64,8% retroativo a janeiro último, direito a sindicalização e ao

13º salário, semestralidade, piso salarial de três salários mínimos e remessa do estatuto para debate.

O presidente da Associação dos Servidores da Universidade Federal de Goiás, Paulo Afonso de Araújo Carvalho, disse que o aumento foi irrisório e ridículo e que o governo federal colocou o servidor público na situação de "pária". O presidente da Associação dos Servidores da Universidade Federal de Minas, Ivani Campos, disse que cerca de mil servidores, em assembleia realizada ontem em Belo Horizonte, repudiaram o índice estabelecido pelo governo e decidiram continuar em greve, deslocando todos os esforços no sentido de unificar a campanha com os outros servidores, apesar da luta ser também pela defesa da universidade.

O primeiro tesoureiro da Andes, Benedito Tadeu César, do Espírito Santo, disse que o reajuste não atende às reivindicações dos servidores públicos e o mais grave do decreto, na sua opinião, são os artigos quarto e quinto, que falam da contenção do orçamento dos órgãos públicos e proíbe a complementação de verba para o próximo ano.

Reajuste acumulado é de 142%

Rio — O secretário de Fazenda do Estado do Rio, César Maia, informou ontem que o reajuste acumulado do governo federal não foi de 172 por cento, conforme noticiado pela imprensa. Segundo ele, o reajuste foi, na verdade, de 142 por cento, em virtude de um pequeno artifício realizado através da mudança de mês, e pelo fato da segunda parcela em 83 ter sido inferior à primeira.

Em 1983, os dois reajustes salariais dos funcionários públicos federais de 40 e 30 por cento, respectivamente, ocorreram em janeiro e junho, enquanto que, em 1984, os reajustes de 65 por cento foram em janeiro e julho.

Para o secretário isto implica, na verdade, num crescimento de 141,9 por cento, entre os dois períodos, como se pode verificar na demonstração abaixo. César Maia afirmou que esse percentual é que representa o reajuste acumulado do governo federal, a ser utilizado como base de ra-

ciocínio para a aplicação da Lei 720/83, que define os critérios de reajuste, a nível estadual.

Maia distribuiu a seguinte demonstração:

1) salário em dezembro (1982) = 100

2) Reajuste em janeiro (1983): 40 por cento (novo salário: 140) janeiro e maio: $140 \times 5 = 700$

3) reajuste em junho: 30 por cento (novo salário: 182) junho a dezembro: $182 \times 7 = 1.274$

Total de 1983: $700 + 1.274 = 1.974$

4) Reajuste em janeiro (1984): 65 por cento (novo salário: 300,3) Janeiro a junho: $300,3 \times 6 = 1.801,8$

5) Reajuste em julho: 65 por cento (novo salário: 495,5) Julho a dezembro: $495,5 \times 6 = 2.973$

Total de 1984: $1.801,8 + 2.973 = 4.774,8$

Variação: 4.774,8 dividido por 1.974 = 2,419

Evolução: 141,9 por cento.

Câmara Brasileira

Brasília 27/julho/84

pág. 7